



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO A REALIZADA NO DIA
06 DE SETEMBRO DE 2016

N.º 18/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
1 – Pedido de Esclarecimento das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD.....	4
2 – Homologação da Conta Relativa ao Exercício de 2013 – Recomendação da Direção- Geral do Tribunal de Contas	4
 II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Fornecimento de energia elétrica para as instalações do Município de Santa Marta de Penaguião - Concurso público para 2017	5
 DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 - Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal	9
3 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência	10
 Serviços de Tesouraria	
4 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de agosto a 01 de setembro de 2016	10
 DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
5 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro – José Manuel Moreira Lopes	11
 UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
Serviços de Educação	
6 – Atividades de Enriquecimento Curricular – Aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião	11

LM.
Φ

Serviço de Desporto

- 7 - Associações Desportivas do Concelho – Atribuição de Subsídio e Aprovação da Minuta
do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo 12
- 8 - Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Pedido de Participação Financeira 13

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 9 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião..... 14

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Pedido de Esclarecimento das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD

----- 1 – As Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, solicitaram, ao Senhor Presidente da Câmara, informações sobre o ponto de situação das obras causadas pelas intempéries ocorridas em fevereiro do corrente ano, e sobre o problema de saneamento existente no Largo da Aveleira, em Fontes, reportado, em tempos, à Câmara Municipal, que apesar de já ter algumas intervenções por parte dos colaboradores do Município, o mesmo perdura. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à primeira questão, informou que as obras já foram entregues aos empreiteiros, encontrando-se já concluídas as de Carvalhais e Soutelo, e as restantes a decorrer, prevendo que todas estejam terminadas até 31 de outubro próximo. -----

----- Informou, também, que a candidatura, elaborada ao abrigo do Fundo de Emergência Municipal, já foi submetida no dia 6 de junho do corrente ano, aprovada a sua elegibilidade pela DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, para posterior submissão dos pedidos de pagamento, não estando os mesmos garantidos . -----

----- Relativamente à segunda questão, o Senhor Presidente da Câmara, informou que os serviços de saneamento têm feito várias intervenções no local mas que irão, novamente averiguar o problema. -----

Homologação da Conta Relativa ao Exercício de 2013

– Recomendação da Direção-Geral do Tribunal de Contas

---- 2 – O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento aos Exm^{os} Senhores Vereadores do ofício n.º 23.129/2016, datado de 18 de Agosto último, enviado ao Município pela Direcção-Geral do Tribunal de Contas, no qual é comunicado que na elaboração do orçamento municipal, deverá ser tido em conta o princípio da estabilidade orçamental a que se refere o artigo 5.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, bem como as regras orçamentais previstas nos artigos 40.º a 46.º da

mesma Lei, que se deve proceder ao registo sequencial dos compromissos de forma a assegurar que o Município dispõe, no momento de assunção do compromisso, de fundos e de receitas suficientes para assegurar o cumprimento tempestivo das obrigações pecuniárias emergentes de contratos de qualquer natureza e, ainda, que na situação de encargos vencidos a 31 de Dezembro de cada ano, com mais de seis meses, devem ser apresentados à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente informou que desde a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), o Município procede ao registo sequencial dos compromissos, bem como do cálculo dos fundos disponíveis, conforme se encontra estatuído naquela Lei e que tem cumprido escrupulosamente com os prazos contratuais de pagamento e, ainda, que a assunção de compromissos não coloca em causa a estabilidade orçamental, uma vez que tem sido seguida uma gestão equilibrada.”-----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Fornecimento de energia elétrica para as instalações do município de Santa Marta de Penaguião - Concurso público para 2017

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação, em mercado liberalizado, do fornecimento de energia eléctrica em Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas instalações de consumo do Município de Sta. Marta de Penaguião (incluindo as instalações Iluminação Pública), identificadas no Anexo I ao Caderno de Encargos do procedimento aquisitivo que ora se vai propor seja aprovado, pelo prazo de 1 (um) ano; -----

W
f

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 06 de setembro de 2016

----- 2. Os restantes 18 municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) manifestaram, numa reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade, que a referida necessidade da aquisição de energia elétrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham interesse em integrar um procedimento comum; -----

----- 3. Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também o interesse em integrar este procedimento; -----

----- 4. Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso com vista à celebração de um único contrato de aquisição de energia, foi elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento das vinte e três entidades adjudicantes interessadas, à luz do disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a designação da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em anexo); -----

----- 5. A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela CIMDOURO na referida reunião de 25 de maio de 2016, e contém, em anexo, as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a celebrar; -----

----- 6. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s) adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos; -----

----- 7. No que ao Município de Sta. Marta de Penaguião diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que se estima que, tendo em conta os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as prestações relativas ao Município de Sta. Marta de Penaguião que constituem o objeto do contrato, o preço contratual a



pagar pelo Município **referente às componentes de Energia Ativa do Mercado Liberalizado**, possa ser na ordem dos **102 880,78 €**, a que acrescerão as parcelas relativas a outras componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, e consequentemente não sujeitas a concurso, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), tais como as tarifas de potência (incluindo potência contratada e em horas de ponta), de energia activa (incluindo tarifas simples, horas de ponta, cheias, fora de vazio, vazio normal e super vazio) e de energia reactiva fornecida e recebida das instalações em Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, e ainda as taxas de radiodifusão e o imposto especial sobre o consumo de electricidade, acrescendo-se igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor; -----

----- 8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no ponto anterior) estima-se em **334 965,97€**, cujos encargos terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais de 2017; -----

----- 9. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017, e que se estimam, como referido, no valor de **334 965,97 €**; -----

----- 10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a que acresce o facto do procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após a aprovação desta proposta. -----

----- Tenho a honra de propor que a **Câmara Municipal** delibere aprovar: -----

M

P

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 06 de setembro de 2016

----- a. A minuta do protocolo a ser celebrado entre a CIMDOURO e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR - Empresa municipal de águas e resíduos de vila real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M e a Freguesia do Pinhão, que consta em anexo, e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas instalações das entidades subscritoras; -----

----- b. A autorização para início e tipo de procedimento que correrá sob a forma de concurso público, com publicitação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP); -----

----- c. Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os actos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido; -----

----- d. A remessa da presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho (regime jurídico da realização das despesas públicas) e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017, e que se estimam no valor anual de **334 965,97 €.** -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da proposta:** -----

1 – A minuta do protocolo a celebrar com a CIMDOURO; -----

2 – Autorizar o início do procedimento sob a forma de concurso público.

3 – Designar a Comunidade Intermunicipal do Douro como representante do Agrupamento e delegar-lhe as competências para promover e praticar

W 1
P

todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso. -----

4 – Submeter à Assembleia Municipal, para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente da
Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 02 a 26 de agosto de 2016. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

V.
P

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 06 de setembro de 2016

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

– Exercício do Direito de Preferência

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados no mês de **julho de 2016**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de agosto a 01 de setembro de 2016

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 12 de agosto a 01 de setembro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	01/09/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		333 230,81	Despesas Orçamentais (*)		4 348 082,93
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	3 440 315,60	
Operações de tesouraria	178 690,44		Capital	907 767,33	
			(*) Compromissos	7 185 957,21	
Receitas Orçamentais		4 745 497,29	Operações de tesouraria		257 735,12
Correntes	4 023 066,08		Saldo para o dia seguinte:		757 618,79
Capital	722 431,21		Execução orçamental	551 954,73	
Operações de tesouraria		284 708,74	Operações de tesouraria	205 664,06	
Total		5 363 436,84	Total		5 363 436,84

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro – José Manuel Moreira Lopes**

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de agosto de 2016 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço de Educação

**Atividades de Enriquecimento Curricular – Aprovação da minuta
do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e o
Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião**

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Na sequência da deliberação em reunião de câmara realizada no dia 2 de agosto de 2016, e considerando a revogação do Despacho nº 9265-B/2013, de 15 de julho, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da nova minuta de Protocolo de Colaboração anexa à presente ata, retificada de acordo com a Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto de 2015 e a minuta



disponibilizada pela Dgeste, a celebrar entre o Município, Entidade Promotora das Atividades de Enriquecimento Curricular, e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a nova minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Santa Marta de Penaguião e o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.** -----

Serviço da Desporto

Associações Desportivas do Concelho

– Atribuição de Subsídio e Aprovação da Minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

----- 7 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- " As nossas Associações desportivas são um património valioso, que projetam e divulgam o nome da nossa marca e têm vindo a desenvolver um enormíssimo trabalho na formação cívica e humana dos nossos jovens. -----

----- A sua atividade dá razão à existência das nossas estruturas onde se pratica desporto que tanto contribui para um crescimento saudável e para a inserção social dos atletas. -----

----- Considerando que as parcerias entre o nosso Associativismo Desportivo e o Município têm obtido resultados muito positivos, tendo vindo a aumentar significativamente o número de praticantes; -----

----- Considerando que o trabalho que desenvolvem possibilitam a toda a população momentos de lazer e entretenimento; -----

----- Considerando que só teremos um enorme futuro se apostarmos no presente e que para colher temos que semear, coloco à consideração do Executivo Municipal a aprovação dos montantes atribuir ao Real Clube de Penaguião, Sporting Club da Cumieira e Associação Futebol Clube de

W
P

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 06 de setembro de 2016

Santa Marta de Penaguião, dos Planos de Desenvolvimento Desporto para a época 2016/2017, bem como minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, anexo. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, em conformidade com as alíneas o) e u) do n.º**

1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro: -----

1 - Atribuir uma comparticipação financeira no valor de 11.340,00€ (onze mil e trezentos e quarenta euros) ao Real Clube de Penaguião, ficando a mesma condicionada aos escalões de formação que entrarem em competição, 2.620,00€ (dois mil seiscentos e vinte euros) ao Sporting Club da Cumieira, sendo 1.620,00€ (mil seiscentos e vinte euros) para o escalão de formação e 1.000,00€ (mil euros) para manutenção do campo de jogos e 29.000,00€ (vinte e nove mil euros) à Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis; -----

2 – A minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município e cada uma das associações desportivas. -----

**Clube de BTT Trilhos de Penaguião – Pedido de
Comparticipação Financeira**

----- **8 – Presente à reunião ofício do Clube de BTT Trilhos de Penaguião, registado com o n.º 1746, de 26 de agosto de 2016, a informar que vão realizar no próximo dia 18 de setembro o “2º BTT Nos Trilhos de Santa Marta”. -----**

----- **Tendo em conta que este é um evento que vai promover toda a região de Santa Marta, solicitam à Câmara Municipal uma comparticipação financeira para fazer face às despesas**

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 06 de setembro de 2016

inerentes à organização e logística que o mesmo envolve, estimadas em 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros). -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

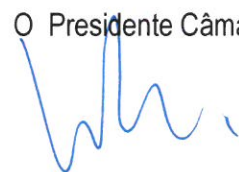
Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 9 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica, com funções de Secretária que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:40 horas. -----

A Coordenadora Técnica,


(Maria da Piedade Ribeiro Moreira)

O Presidente Câmara,


(Luís Reguengo Machado, Dr.)